

SINASEFE

Litoral

Informativo mensal do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica / Março - 2016

Editorial

Novo ano, novas lutas

O ano que inicia coloca para o nosso sindicato um conjunto de desafios. Em 2015, vivemos intensas lutas durante a greve, num processo em que não apenas organizamos politicamente os servidores do IFC como construímos a unidade com outras categorias de trabalhadores. Essa greve se deu num momento de aprofundamento do projeto de austeridade à brasileira levado a cabo pelo governo de Dilma Rousseff. Essa política, conhecida pelo eufemismo de “ajuste fiscal”, atacou direitos trabalhistas, como o seguro-desemprego, e serviu de justificada para violentos cortes no orçamento das instituições de ensino públicas. No ano de 2015 ainda houve o aprofundamento da crise política, onde as disputas entre oposição e governo dentro do Congresso Nacional quase paralisaram a discussão de temas importantes. Como pano de fundo desse processo, influenciando nele de forma decisiva, coloca-se uma crise econômica, que de se materializar não apenas na inflação, mas também arrocho salarial, desemprego e ainda mais ataques contra os direitos históricos dos trabalhadores. Na educação a situação é problemática em todo o país. Universidades e Institutos Federais vem sofrendo com a diminuição de recursos, que se materializa na redução da contratação de pessoal e na ausência de investimento em estrutura. Nesse cenário começamos um novo ano, onde, por um lado, houve uma renovação na direção da nossa seção sindical e, por outro, assumiu uma nova gestão de reitoria no IFC que prometeu em campanha ser mais aberta, transparente e democrática. Caberá a essa nova gestão de reitoria não apenas garantir direitos negados pela intransigência da gestão anterior – como a possibilidade de 30 horas para todos os servidores técnico-administrativos – como garantir condições mínimas de trabalho e estudo em um cenário de mais cortes para as instituições de ensino. Este ano promete não apenas o aprofundamento da crise econômica e política como também a necessidade de fortalecer nossa unidade enquanto trabalhadores, organizando o enfrentamento com governo, acompanhando o cumprimento das promessas feitas pela nova reitoria e, principalmente, construindo no dia a dia nosso instrumento de luta, o SINASEFE.

SINASEFE apoia luta pela qualidade do transporte coletivo em Blumenau

As lutas pelo transporte coletivo em Blumenau ganharam a participação do SINASEFE não apenas na organização dos atos. Estamos compondo o coletivo “Transporte não é mercadoria”, formado após o protesto rea-lizado neste início de ano.

Participam também do coletivo o SINTRASEB, SINTRAFITE, SINDETRANSCOL, Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana e outros movimentos comunitários. A linha do coletivo é a denúncia ao modelo mercadorológico de transporte existente na cidade. Na avaliação do coletivo, esta lógica é a verdadeira culpada pela crise no setor. Na última reunião (15/02) deliberamos pela construção de uma ampla campanha de mobilização nos terminais que deve culminar em uma assembleia popular municipal para discutir o assunto.

O próximo encaminhamento é a mobilização nos terminais. Serão feitos atos e panfletagens em cada um dos terminais, finalizando com uma reunião aberta do coletivo no próprio terminal. Uma reunião ocorreu em 23/02 no terminal da Fonte seguida

de panfletagem inicia às 17h30 e a reunião às 18h30. Será distribuído um panfleto explicativo em todas as intervenções nos terminais. O material denuncia a lógica do sistema capitalista do lucro num serviço público.

O SINASEFE, em suas resoluções, entende que o movimento sindical não pode estar desvinculado do projeto de construção de uma nova sociedade. Dessa forma entendemos como fundamental a inserção nas lutas populares dos municípios em que vivemos.

“Do contrário faríamos um sindicalismo de conciliação, pejorativamente chamado de “sindicalismo de resultados”, voltado exclusivamente aos interesses imediatos da categoria que representa. Sair dessa “bolha” não é tarefa fácil, mas nossa inserção no movimento do transporte é uma tentativa de construir essa necessária aliança entre as variadas categorias que compõe a classe trabalhadora. Nesse sentido, pretendemos nos inserir também em outras lutas que vierem a surgir na cidade”, observa o diretor do SINASEFE do Litoral, João Carlos Cichaczewski.

foto: Rafael Koehler



30° CONSINASEFE

Congresso eleitoral do SINASEFE
18 a 21 de março de 2016
Brasília-DF

“Construindo uma
Alternativa para a Classe
Trabalhadora no Brasil e no Mundo”

SINASEFE Litoral promove Etapa de Bases para Congresso

Todos os campi de abrangência Seção SINASEFE Litoral do Vale do Itajaí se reunirão nos dias 18, 19, 20 e 21 de março para a Etapa de Bases do 30° CONSINASEFE (Congresso Nacional do SINASEFE). A etapa consiste na reflexão e debate sobre as teses apresentadas para o Congresso. “O Congresso Nacional do SINASEFE é instância máxima deliberativa do nosso sindicato e é a oportunidade para darmos nossas contribuições para a política que será desenvolvida nos próximos dois anos”, explica o coordenador geral do Sinasefe Litoral Frederico Andres Bazana. No dia 01 de março, foram eleitos os delegados que representarão a seção sindical no congresso, em assembleia realizada na cidade de Camboriú. O congresso, com data marcada para 18 a 21 de março, deve eleger a nova direção nacional do SINASEFE.

Reunião do Espaço de Unidade de Ação estabelece encaminhamentos

As perspectivas para o ano de 2016 são de continuidade e aprofundamento das crises econômica e política. Nessa esteira, o aumento da polarização social que tem marcado a sociedade brasileira e a permanência, na superestrutura política, da polarização entre os dois blocos burgueses, capitaneados pelo PT e PSDB. Diversas entidades que compõem o Espaço de Unidade de Ação se reuniram em 22 de janeiro, na quadra do Sindicato dos Metroviários em São Paulo. Esse cenário mantém o nosso desafio de, nas mobilizações da classe, construir uma alternativa dos trabalhadores. A política econômica permanece e será aprofundada, com mais ajuste fiscal, ampliação da DRU, a proposta de retorno da CPMF, o arrocho nos salários, desemprego, ampliação da terceirização e da desregulamentação dos direitos trabalhistas, carestia, aumento de tarifas, recessão e aprofundamento da política de privatizações e das terceirizações, como está ocorrendo na Petrobras, nos Correios, nos hospitais universitários, rodovias e aeroportos, dentre outros. O PLC 030 (antigo PL 4330 das terceirizações) tramita no Congresso Nacional e,

representará, se aprovado, um brutal ataque à classe trabalhadora e um retrocesso sem precedentes. O Espaço Unidade de Ação reafirma sua posição contrária ao PLC 030 e sua disposição de, junto com outras organizações, derrubar esse nefasto projeto. O veto presidencial à auditoria da dívida, proposta na Lei Orçamentária, é mais uma demonstração da subserviência do governo aos interesses dos banqueiros. A geração de economia para pagamento dos juros da dívida aos banqueiros segue no centro da política econômica, penalizando a maioria da população em detrimento dos ricos e especuladores. A Caixa Econômica e outras estatais também estão ameaçadas. Devemos nos somar às lutas contra o PL 555, que favorece as parcerias público-privadas, e lutar pelo seu arquivamento no Congresso. A conjuntura enfrentada em 2015 não foi fácil para os trabalhadores, que sofreram as consequências das medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo, e de retirada de direitos. Para 2016, o anúncio de novas medidas como as reformas da previdência e trabalhista ameaça ainda mais estes direitos.

Dilma veta auditoria da dívida pública

A presidente Dilma Rousseff divulgou em janeiro veto à realização de auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil, no âmbito do Ministério da Fazenda. O veto volta, agora, à Câmara dos Deputados, onde os parlamentares decidirão se auditam ou não a dívida que consome quase metade do orçamento do país. A auditoria havia sido incluída no Plano Plurianual por meio de emenda do deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), acatada pela Comissão de Finanças e Tributação, que é o principal órgão colegiado da Câmara dos Deputados sobre o orçamento público. A auditoria da dívida pública no Brasil está prevista na Constituição Federal – na forma e deveria representar um procedimento normal, com vistas à transparência dos gastos públicos.

Adesão automática ao Funpresp é inconstitucional

O ANDES-SN se prepara para a luta jurídica contra a adesão automática ao Funpresp, sancionada pela presidente Dilma Rousseff na lei 13.183/2015. O Funpresp é um fundo de pensão privado que especula com o dinheiro dos contribuintes no mercado financeiro, sem garantia de retorno financeiro aos trabalhadores, criado pelo governo para os Servidores Públicos Federais. O caráter complementar do fundo, no entanto, fica comprometido com a adesão automática, que contraria diretamente a Constituição Federal. Servidores que ingressaram no serviço público federal a partir de 5 de novembro do ano passado estão automaticamente inscritos no Funpresp. Isso é o que determina a lei federal que entrou em vigor naquela data. Antes, cabia ao servidor a iniciativa de aderir ao Funpresp.

Servidores públicos dão início à campanha salarial

O debate entre as entidades sindicais do funcionalismo federal e armar os trabalhadores para os enfrentamentos que terão em 2016 foram a pauta da reunião ampliada do Fórum dos Servidores Públicos Federais, em 16 e 17 de janeiro. O encontro contou com representantes de 15 entidades que compõem o Fórum e mais duas entidades observadoras. Após esse ponto, houve um painel que debateu os eixos da campanha salarial 2016. O membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Gibran Jordão, adiantou que as reivindicações da campanha terão a luta contra a Reforma da Previdência, o direito de negociação coletiva e a data base como os eixos considerados por todos como os mais importantes. Também foi aprovada uma moção de repúdio ao veto da presidente Dilma à Auditoria da Dívida.